

**Parecer nº 115/98**

Data: 1998.09.23

Processo nº 453

**Reclamante:** José Dinis Murta.

**Entidade reclamada:** Câmara Municipal de Nisa.

**1 - O pedido**

José Dinis Murta, identificado no processo, dirigiu em 6 de Agosto de 1998, dois requerimentos ao Presidente da Câmara Municipal de Nisa solicitando fotocópias autenticadas das actas de reuniões da Câmara devidamente referenciadas, bem como o acesso a processos de obras e ao Arquivo Histórico, documentos estes destinados a documentar uma comunicação que intentava apresentar no 3º Encontro de História Regional e Local, a realizar em Portalegre, em 15, 16 e 17 de Outubro próximos.

A resposta do Presidente da Câmara, datada de 17 de Agosto, referia que as fotocópias das actas lhe haviam sido enviadas enquanto o requerente era vereador e que, agora, só as poderia obter mediante o pagamento da taxa da respectiva tabela, em vigor na Câmara.

Quanto ao acesso aos arquivos e registos invocava o artigo 64º do Código do Procedimento Administrativo, para exigir que fosse comprovado o interesse legítimo do pedido com os documentos referidos pelo nº 2 daquele preceito.

**2 - Apreciação**

**2.1.** É certo que o reclamante, nem mesmo para se dirigir à CADA invocou a Lei 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei 8/95 de 29 de Março (LADA), mas o facto de referir preceitos da Constituição da República, do Código Administrativo e até o artigo 27º da Declaração Universal dos

Direitos do Homem, não exclue que o direito de acesso seja analisado – aliás, como deve ser – exclusivamente à luz dos preceitos da LADA como um processo de reclamação.

Foi, portanto, **a reclamar** da resposta do Presidente da Câmara de Nisa que, em 1 de Setembro de 1998, se dirigiu ao Presidente da CADA.

**2.2.** O requerente pretende aceder a documentos administrativos, nos precisos termos em que são definidos no artigo 4º, nº 1, alínea a) da LADA e **é reconhecido tal direito a qualquer cidadão**, sem necessidade de ser invocada a sua qualidade de ex-vereador (cfr. o artigo 7º, nº 1).

Não é discutida, sequer, a existência das actas pedidas as quais, de acordo com a Lei das Autarquias Locais (Decreto Lei 100/84, de 29 de Março, alterado por diplomas posteriores), são obrigatoriamente lavradas e arquivadas.

Tanto as actas das reuniões como os documentos pedidos **são documentos administrativos**, por serem suportes de informação que têm origem ou são detidos pela autarquia e não tem carácter nominativo, isto é, **não contêm dados pessoais** (cfr. artigo 4º nº 1 alíneas b) e c) da LADA).

As formas de acesso previstas são a consulta gratuita, a reprodução por fotocópias ou a passagem de certidão (cfr. as alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 12º ).

O Presidente da Câmara a quem foi requerido o acesso tem, portanto, o dever legal de o conceder em relação a todos os documentos administrativos pedidos.

Relativamente ao pagamento das certidões das actas, o ex-vereador (agora como outro qualquer cidadão) não pode recusar-se a efectuá-lo.

### **3 - Conclusão**

Nos termos e com os fundamentos expostos, a CADA, delibera emitir parecer favorável a esta reclamação.

O Presidente da Câmara Municipal **deve facultar ao reclamante o acesso aos documentos por ele pretendidos, nas formas requeridas.**

Nos termos do nº 2 do artigo 16º da LADA, e para os efeitos legais informe-se o reclamante e o Presidente da Câmara Municipal de Nisa.

Lisboa, 23 de Setembro de 1998.

*Branca do Amaral* (Relatora) - *Silva Marques* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Gameiro dos Santos* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente).